

Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Polícia Civil do Estado do Pará

MARABÁ - 21ª SECCIONAL - 10ª RISP

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Nº da Ocorrência: 00277/2024.418142-2

DADOS DO(A) INTIMADO(A): **ELZA ABUSAR MENDONÇA**, CPF: 260.315.892-87, Candor: 64.16477-8528, residente Tv. Lauro Sodré, n. 348, Velha Marabá, entre Antonio Maia e Barão do Rio Branco.

INFORMAÇÕES SOBRE A AUDIÊNCIA:

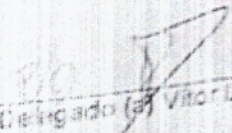
Local da audiência: 21ª Seccional Urbana da Polícia Civil de Marabá, FL 30

Data e hora da Audiência: 23/10/2024, às 09:30 - Procurador Escrivão **KARENNA DEUSDARA DE MOURA**

A POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ, no desempenho de suas atribuições institucionais, com fundamento no artigo 144, inciso IV e § 4º da Constituição Federal e os artigos 5º, inciso I e 8º, incisos VIII e IX da Lei Complementar n.º 22, de 15 de março de 1994, do Estado do Pará, INTIMA Vossa Senhoria a comparecer à unidade policial, em data e hora acima destacadas, munido de documento de identidade (RG), do CPF ou de outro documento de identificação com foto, a fim de prestar esclarecimentos no interesse da Justiça Pública.

O(a) convocado(a), depois de novamente intimado(a), que ainda não comparecer, sem motivo justificado, consoante os arts. 39, 201, parágrafo único, 218 e 260, do Código de Processo Penal, e entendimento jurisprudencial, será passível de condução coercitiva até a presença da Autoridade Policial e, em consequência, na prática de Crime de Desobediência, conforme art. 330, do Código Penal.

MARABÁ, 18 de Outubro de 2024.


Delegado(a) Vitor Luiz Gonçalves Rocha da Costa

PROTOCOLO DE RECEBIMENTO DE MANDADO DE INTIMAÇÃO

Nº da Ocorrência: 00277/2024.418142-2

Recebi e tome ciência do presente mandado, no dia _____ de _____ de _____, às _____ horas.

(Assinatura do Intimado)

(RG ou CPF)

(Telefone para Contato)

Quando receber este mandado, o(a) convocado(a) deverá comparecer na presença da autoridade policial, em data e hora acima destacadas, munido de documento de identidade (RG), do CPF ou de outro documento de identificação com foto, a fim de prestar esclarecimentos no interesse da Justiça Pública.

PROTOCOLO DE ASSINATURAS COMÉRICAS